

Hipótese de greve aflige secretário

Ricardo Mendes

A possibilidade de os professores da rede pública decidirem entrar em greve, na assembleia que realizam na próxima quinta-feira, aflige o secretário de Educação do Distrito Federal, Antonio Ibañez. Em entrevista ao **Correio Braziliense**, diz que o governo já avançou até o limite que podia na mesa de negociações. "Não podemos oferecer mais, senão teremos problemas financeiros". Na última assembleia, em 27 de abril, os professores consideraram insuficiente a proposta do governo — que, entre outras coisas, eleva em 21% o piso da categoria. "A questão salarial não se encerrará com a aceitação da nossa proposta, pois é intenção do governo aumentar ainda mais os salários", diz Ibañez. Ele crê que o Sinpro não está deixando isso claro para os filiados. "Veja: em dois anos não fizeram greves e, agora, com quatro meses de novo governo, ameaçam parar". Os números que ele apresenta para evidenciar a intenção do governo são dramáticos. "Sem melhoria dos salários, o déficit de professores poderá chegar a 3,5 mil profissionais", alerta.

Correio Braziliense — A última assembleia dos professores antecipou que haverá greve, caso o governo não melhore sua proposta até 11 de maio. Houve alguma melhora?

Antonio Ibañez — Estamos em situação difícil. O governo não pode oferecer mais nada por enquanto, senão teremos problemas financeiros. Há despesas que devemos pagar e que ficaram de fora dos orçamentos da União e do Distrito Federal.

Correio — Como assim?

Ibañez — A Justiça mandou pagar dívidas trabalhistas que somam R\$ 68 milhões e a Câmara Legislativa aprovou a concessão de vale-refeição. Nenhum dos orçamentos previu esses gastos. Além disso, o orçamento da União, que deveria cobrir os salários, é insuficiente.

Correio — Há má vontade dos sindicalistas em relação ao governo?

Ibañez — Não diria isso. Mas, veja: em dois anos não fizeram greves e, agora, com quatro meses de novo governo, ameaçam parar. Para atender satisfatoriamente os professores, a União teria de repassar cerca de R\$ 100 milhões. Isso é um oitavo da nossa arrecadação no ano passado. Precisamos de mais tempo para equacionar essa questão com o governo federal.

Correio — Qual o erro dos sindicalistas?

Ibañez — Acho que estão atrelados à proposta de curto prazo e não

perceberam que há soluções de longo prazo. Queremos montar alternativas para que o professor seja valorizado de forma permanente.

Correio — Resumidamente, qual foi a proposta apresentada aos professores?

Ibañez — Pagaríamos, em oito parcelas, 75% do valor líquido da dívida trabalhista (R\$ 40,8 milhões). Os professores com até cinco anos de carreira, que não seriam beneficiados por isso, teriam os salários equiparados aos que têm seis anos de profissão. Isso significa elevar o piso em 21%.

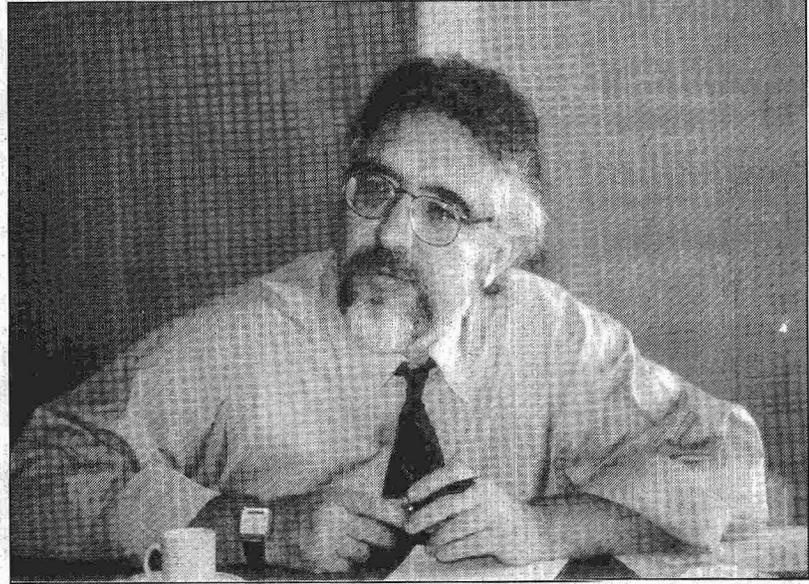
Correio — E os auxílios creche e alimentação?

Ibañez — Nós garantimos a antecipação do pagamento até junho, retroagindo a janeiro. Não temos como garantir mais. Mas esperamos que até julho o governo federal repasse a verba necessária para que os benefícios sejam mantidos.

Correio — Não é difícil conter a greve com uma proposta assim?

Ibañez — Acontece que o princi-

Glauco Dettmar



Ibañez garante que o governo pretende aumentar ainda mais os salários

pal da nossa proposta não está aí. Sabemos que é insuficiente subir o piso de R\$ 237,35 para R\$ 287,19. O que propomos de mais importante é a criação de um fórum de valorização do profissional de educação.

Correio — O que é isso?

Ibañez — Em 90 dias, um grupo formado por técnicos, professores e tributaristas formularia soluções permanentes para recuperação salarial. Os tributaristas teriam de ver alternativas para trazer mais dinheiro para o setor.

Correio — A alternativa seria a criação de um imposto específico para a educação?

Ibañez — Talvez, mas também poderia ser outra coisa. Por exemplo: destinar para a educação o aumento da arrecadação do IPTU que virá com a reforma urbana que regulamentará condomínios.

Correio — Mas isso não seria feito a longo prazo, sem satisfazer as necessidades atuais dos professores?

Ibañez — Há coisas que queremos para este ano. Uma delas é a in-

corporação da gratificação por dedicação exclusiva, que elevaria entre 25% e 40% os salários dos professores em regime de 40 horas. E, gradativamente, mais professores passariam para esse regime. O maior obstáculo para começarmos todo esse processo seria uma greve.

Correio — Por que?

Ibañez — A greve não facilita a vida de ninguém e pode retardar em um mês os projetos do governo. Poderíamos adiantar o trabalho dos seminários preparatórios para mudar a política educacional.

Correio — As mudanças poderiam acabar com a falta de professores em escolas de todo o Distrito Federal?

Ibañez — Temos de fazer mudanças urgentes para isso. Se não houver alteração no plano de carreira, dificilmente resolveremos o problema que virá no segundo semestre, com o fim dos contratos temporários. Hoje são 2.500 professores contratados assim.

Correio — Qual a consequência do fim do contrato temporário?

Ibañez — O problema é que os concursados, que deveriam substituir os temporários, estão afugentados pelos baixos salários. Sem melhorias para os trabalhadores, isso continuará acontecendo. Resultado: o déficit de professores pode chegar a 3,5 mil profissionais, e teríamos que encontrar alternativas para evitar que mais crianças fiquem sem aula.



"A greve não facilita a vida de ninguém e pode retardar em um mês os projetos do governo"